

## DESAFIOS LEGAIS E EDUCACIONAIS NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR

### LEGAL AND EDUCATIONAL CHALLENGES IN THE INCLUSION OF AUTISTIC STUDENTS IN REGULAR SCHOOLS

### DESAFÍOS LEGALES Y EDUCATIVOS EN LA INCLUSION DE ESTUDIANTES AUTISTAS EN LAS ESCUELAS DE EDUCACIÓN REGULAR

Rayani Silva Souto<sup>1</sup>  
Márcio de Jesus Lima do Nascimento<sup>2</sup>

**RESUMO:** A inclusão de estudantes autistas nas escolas de ensino regular representa um desafio significativo, demandando a análise de aspectos legais e educacionais. Este artigo investiga as barreiras enfrentadas por alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar, abordando questões de formação docente, infraestrutura e políticas públicas. A pesquisa destaca a importância de práticas pedagógicas inclusivas e a necessidade de capacitação dos educadores para atender às especificidades desses alunos. Além disso, discute as responsabilidades jurídicas das instituições de ensino e do poder público na promoção de uma educação inclusiva, enfatizando o papel da legislação brasileira. Os resultados apontam para a urgência de ações efetivas que garantam o direito à educação, promovendo um ambiente acolhedor e acessível para todos os estudantes.

7541

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Autismo. Direito Educacional. Desafios. Inclusão.

**ABSTRACT:** The inclusion of autistic students in regular schools presents challenges involving legal and educational aspects. This article analyzes the barriers faced by students with Autism Spectrum Disorder (ASD), highlighting the importance of teacher training, adequate infrastructure, and effective public policies. The research emphasizes the need for inclusive pedagogical practices and ongoing educator training. Additionally, it discusses the legal responsibilities of educational institutions and the government to ensure the right to inclusive education as outlined by Brazilian legislation. The findings reveal that a lack of resources and institutional support hinders effective inclusion. Therefore, it is urgent to implement actions that foster a welcoming and accessible school environment, allowing all students to develop their potential. This study aims to contribute to the discussion on inclusive education by proposing solutions to overcome existing challenges.

**Keywords:** Inclusive Education. Autism. Educational Law. Challenge. Inclusion.

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Direito, Centro Universitário do Norte – UNINORTE.

<sup>2</sup> Professor de Ensino Superior do Centro Universitário do Norte - UNINORTE. Mestre em Ciências e Meio Ambiente - Universidade Federal do Pará - UFPA. Membro do Núcleo de Pesquisa em Sustentabilidade na Amazônia - Nupesam do IFAM. <https://orcid.org/0000-0003-1838-1828>.

**RESUMEN:** La inclusión de estudiantes autistas en las escuelas regulares representa un desafío Significativo, exigiendo el análisis de aspectos legales y educativos. Este artículo investiga las barreras a las que se enfrentan los estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en el contexto escolar, abordando cuestiones de formación docente, infraestructura y políticas públicas. A la investigación destaca la importancia de las prácticas pedagógicas inclusivas y la necesidad de capacitación de los educadores para atender las especificidades de estos estudiantes. Además, discute las responsabilidades jurídicas de las instituciones educativas y del poder público en la promoción de una educación inclusiva, enfatizando el papel de la legislación brasileña. Los resultados apuntan para la urgencia de acciones efectivas que garanticen el derecho a la educación, promoviendo un ambiente acogedor y accesible para todos los estudiantes.

**Palabras clave:** Educación Inclusiva. Autismo. Derecho Educativo. Desafíos. Inclusión.

## INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular é um tema de grande relevância e complexidade, envolvendo diversos aspectos jurídicos, pedagógicos e sociais. Apesar dos avanços na legislação brasileira, que assegura o direito à educação inclusiva, as escolas ainda enfrentam inúmeros desafios na efetivação dessa inclusão.

O presente artigo busca analisar os principais obstáculos encontrados na inclusão de alunos autistas nas instituições de ensino regular, com ênfase nas repercussões legais e nas diretrizes que garantem seus direitos. Para tanto, serão abordados aspectos como a análise do TEA no contexto escolar, os fundamentos legais da educação inclusiva, as dificuldades enfrentadas pelas escolas na integração desses estudantes, os aspectos jurídicos relacionados à inclusão e o papel do Poder Judiciário na promoção da inclusão.

A escolha desse tema se justifica pela necessidade de compreender os desafios enfrentados por esses alunos, suas famílias e as próprias instituições de ensino. Apesar dos avanços legais, a inclusão de estudantes autistas ainda enfrenta barreiras que vão além do âmbito jurídico, envolvendo também questões pedagógicas, estruturais e sociais. Nesse sentido, a análise desses obstáculos é fundamental para propor soluções que garantam o direito à educação inclusiva e promovam um ambiente escolar acolhedor e propício ao desenvolvimento desses estudantes.

## MÉTODOS

O presente estudo utiliza uma abordagem qualitativa, visando compreender as

experiências e desafios enfrentados na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas de ensino regular. Para isso, foram utilizados métodos como a revisão bibliográfica: inicialmente, foi realizada uma revisão da literatura existente sobre a inclusão escolar de alunos com TEA, abrangendo aspectos legais, pedagógicos e sociais. Essa revisão permitiu identificar as principais barreiras e desafios enfrentados, bem como as práticas inclusivas recomendadas; A observação em sala de aula foi realizada para entender o ambiente escolar e as interações entre alunos com TEA e seus colegas. Essa observação ajudou a identificar práticas pedagógicas inclusivas e as adaptações necessárias para atender às necessidades desses alunos. Também foram analisados documentos oficiais, como legislações, diretrizes educacionais e relatórios de inclusão, que contribuíram para a compreensão do contexto legal e das políticas públicas relacionadas à educação inclusiva.

A combinação desses métodos permitiu uma análise abrangente e rica, contribuindo para a identificação de soluções práticas e efetivas para os desafios da inclusão de estudantes com TEA no ensino regular. Essa abordagem multifacetada é essencial para promover um entendimento mais profundo das complexidades envolvidas na inclusão escolar e para fomentar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### **Análise do Transtorno do Espectro Autista no Contexto Escolar**

O autismo, conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma condição neurodesenvolvimental que impacta a comunicação e as alterações comportamentais. A inclusão de estudantes com autismo nas escolas representa um desafio significativo, que demanda compreensão, adaptações e estratégias específicas por parte de educadores, colegas e familiares.

No contexto escolar, é imprescindível promover a conscientização sobre o autismo, semeando uma cultura de aceitação e respeito às diferenças. Isso requer a formação contínua dos professores, que devem estar capacitados para reconhecer as particularidades de cada aluno autista e aplicar práticas pedagógicas inclusivas. Além disso, adaptações curriculares podem ser indispensáveis para atender às necessidades de aprendizado desses estudantes, assegurando que todos tenham acesso equitativo ao conhecimento.

A interação social é uma área que frequentemente apresenta desafios para alunos com autismo. Portanto, é crucial incentivar atividades que promovam a socialização, como jogos em grupo ou trabalhos colaborativos, sempre com o suporte de profissionais qualificados. A colaboração entre a escola e a família é essencial para criar um ambiente propício ao desenvolvimento do aluno, permitindo que as estratégias utilizadas na escola sejam reforçadas em casa.

A inclusão de alunos com autismo vai além da mera presença na mesma de aula que seus colegas. Trata-se de um processo que implica a adaptação do ambiente escolar, a promoção de um clima de empatia e compreensão entre os alunos, e a construção de um currículo que atenda às diversas necessidades de aprendizado. Com o suporte apropriado, é possível que esses alunos possam desenvolver suas potencialidades e se sintam plenamente integrados à comunidade escolar.

### **Fundamentos Legais da Educação Inclusiva**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito universal e uma responsabilidade compartilhada entre o Estado e a família. É de suma importância a participação da sociedade na promoção e incentivo dessa educação, que visa garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo. Além disso, o artigo 208 ressalta a importância de assegurar atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Demonstrando um compromisso com a inclusão e a igualdade de oportunidades, refletindo a necessidade de um sistema educacional que acolha a diversidade.

7544

A citação da Constituição Brasileira enfatiza princípios essenciais que fundamentam a educação no país, destacando-a como um direito universal e uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade. Essa perspectiva multidimensional revela uma compreensão abrangente da educação, que transcende o mero ato de ensinar, abrangendo o desenvolvimento integral do indivíduo e sua preparação para conviver em sociedade.

Ao afirmar que a educação é um “direito de todos”, estabelece-se a premissa de igualdade de acesso, independentemente de fatores socioeconômicos, geográficos ou culturais. Isso implica que é dever do Estado assegurar que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais de desenvolvimento educacional, fomentando a inclusão social e a diminuição das desigualdades.

O artigo 208, que aborda o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, representa um marco significativo na promoção da inclusão. Ele não apenas reconhece o direito dessas pessoas a uma educação de qualidade, mas também ressalta a preferência pela inserção na rede regular de ensino. Essa abordagem sugere uma visão progressista, onde a diversidade é valorizada e todos os alunos têm a oportunidade de aprender juntos, enriquecendo-se mutuamente por meio das interações sociais.

Em conformidade com a diretriz estabelecida, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, é assegurado o direito aos serviços de apoio especializado, sempre que necessário, e de acordo com a especificidade de cada aluno. Ademais, o artigo 59 estabelece que as instituições de ensino devem garantir aos alunos com deficiência, recursos e métodos específicos, para atender às suas necessidades”.

No que se refere especificamente ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), a Lei nº 12.764/2012, conhecida como a Lei Berenice Piana, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa lei, em seu artigo 3º, assegura à pessoa com TEA o direito à educação em sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida (BRASIL, 2012).

Além disso, o Decreto nº 8.368/2014, que regulamenta a Lei Berenice Piana, estabelece que as instituições de ensino devem dispor de docentes qualificados e especializados para atender às necessidades dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O decreto também enfatiza a importância da acessibilidade, abrangendo aspectos arquitetônicos, mobiliários, materiais pedagógicos e transporte escolar.

7545

### **Dificuldades Encontradas pelas Instituições de Ensino na Integração**

Apesar do arcabouço legal que garante o direito à educação inclusiva para os alunos com Transtorno do Espectro Autista, as escolas brasileiras enfrentam diversos obstáculos na efetivação dessa inclusão. Um dos principais desafios está relacionado à formação e capacitação dos docentes para lidar com as especificidades desses estudantes.

Diversos estudos têm demonstrado que tanto professores em formação inicial quanto aqueles já em exercício apresentam uma compreensão limitada sobre as necessidades dos alunos com TEA. Muitos docentes confundem os sintomas do transtorno com outras condições, têm crenças imprecisas sobre a sua apresentação e não se sentem preparados para implementar práticas pedagógicas e de gestão de sala de aula que atendem a esse público.

Essa lacuna de conhecimento e preparo dos professores é agravada pelo fato de que a abordagem do TEA nos cursos de licenciatura, em geral, é superficial, restritiva a breves módulos dentro de disciplinas de educação especial. Apenas uma pequena parcela dos professores meio-serviço relata ter recebido um treinamento mais aprofundado sobre o tema.

Consequentemente, os alunos com TEA enfrentam diversos obstáculos em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento socioemocional, com impactos negativos em longo prazo. Sem docentes capacitados para compreender e atender às suas necessidades específicas, esses estudantes têm sua inclusão comprometida.

Outro desafio enfrentado pelas escolas diz respeito à infraestrutura e aos recursos insuficientes para o atendimento dos alunos com TEA. Muitas instituições de ensino não dispõem de salas de recursos multifuncionais, materiais pedagógicos adaptados, profissionais de apoio especializado, entre outros suportes essenciais para uma educação verdadeiramente inclusiva.

Essa carência de infraestrutura e recursos adequados dificulta a implementação de práticas e estratégias que atendam às necessidades específicas desses estudantes, comprometendo sua participação efetiva no processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, existem divergências e lacunas na legislação sobre as responsabilidades jurídicas das escolas e do poder público na promoção da inclusão de alunos com TEA. Essa insegurança jurídica gera dificuldades para as instituições de ensino na implementação de ações e adaptações necessárias, bem como na exigência de suporte e recursos do Estado. 7546

Outro aspecto relevante diz respeito à participação da família no processo de inclusão escolar dos estudantes com deficiência, incluindo o TEA. A legislação brasileira prevê essa parceria entre escola e família, mas, na prática, nem sempre essa colaboração é estabelecida de forma efetiva, gerando conflitos e dificultando o atendimento às necessidades desses alunos.

Portanto, os desafios enfrentados pelas escolas na inclusão de alunos com Transtorno do Especto Autista envolvem questões relacionadas à formação docente, infraestrutura e recursos, responsabilidades jurídicas e participação da família. Esses obstáculos comprometem seriamente a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva para esses estudantes.

### **Aspectos Jurídicos Relacionados à Inclusão de Alunos com TEA na Escola**

A inclusão escolar de alunos com TEA envolve diversas implicações jurídicas, tanto para as instituições de ensino quanto para o poder público. Essas implicações decorrem do arcabouço legal que assegura o direito à educação inclusiva para esse público.

Em primeiro lugar, as escolas têm a obrigação legal de promover a inclusão de alunos com TEA, adotando as adaptações e os recursos necessários para atender às suas necessidades específicas. Isso inclui a disponibilização de profissionais capacitados, infraestrutura adequada, materiais pedagógicos adaptados, entre outros.

Caso as escolas não cumpram com essa obrigação, elas podem ser responsabilizadas judicialmente por atos de discriminação e omissão. Ademais, os pais ou responsáveis podem acionar o Ministério Público e o Poder Judiciário para exigir o cumprimento do direito à educação inclusiva de seus filhos.

Nesse sentido, as escolas devem estar atentas às determinações legais e se preparar para implementar as adaptações necessárias, sob pena de responderem administrativa, civil e criminalmente por eventuais violações de direitos.

Por outro lado, o poder público também possui responsabilidades jurídicas no que tange à inclusão escolar de alunos com TEA. Cabe ao Estado, por meio de suas esferas (federal, estadual e municipal), garantir a oferta de ensino inclusivo, bem como prover as condições necessárias para que as escolas possam cumprir com essa obrigação.

7547

Isso envolve, por exemplo, a destinação de recursos financeiros, a elaboração de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, a capacitação e valorização dos profissionais da educação, entre outras medidas. Caso o poder público não cumpra com essas responsabilidades, também poderá ser judicialmente responsabilizado.

Ademais, a legislação brasileira prevê a participação ativa da família no processo de inclusão escolar de estudantes com deficiência, incluindo o TEA. Essa parceria entre escola e família é fundamental para que as necessidades desses alunos sejam atendidas de forma adequada.

Entretanto, nem sempre essa colaboração é estabelecida de forma efetiva, gerando conflitos e dificultando o acompanhamento e o suporte necessários. Nesses casos, as famílias também podem recorrer ao Poder Judiciário para garantir o direito a educação inclusiva de seus filhos.

### **Função do Poder Judiciário na Promoção da Inclusão**

Diante dos desafios enfrentados pelas escolas na inclusão de alunos com TEA, o Poder Judiciário tem desempenhado um papel fundamental na garantia desse direito.

Diversos casos envolvendo a negação ou a oferta precária de educação inclusiva para estudantes com TEA têm sido judicializados, resultando em importantes decisões que reafirmam as obrigações legais das escolas e do poder público nesse âmbito.

O Supremo Tribunal Federal (STF), por exemplo, firmou entendimento de que o Estado possui o dever constitucional de matricular alunos com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em classes comuns do ensino regular, provendo o atendimento educacional especializado (AEE) de forma complementar ou suplementar (BRASIL, 2016).

Nesse contexto, o Judiciário tem condenado escolas e entes públicos a adotarem as providências necessárias para a efetiva inclusão. Esse protagonismo do Judiciário na garantia da inclusão escolar de alunos com TEA evidencia a importância do acesso à justiça como um instrumento de efetivação dos direitos previstos na legislação. Quando as escolas e o poder público não cumprem com suas obrigações as famílias podem e devem recorrer ao Judiciário para fazer valer o direito de seus filhos.

Contudo, é importante ressaltar que a judicialização não deve ser vista como a única alternativa para a solução desses problemas. É fundamental que o Estado e as instituições de ensino atuem de forma proativa, implementando políticas públicas e medidas concretas que promovam a efetiva inclusão dos alunos com TEA, evitando a necessidade de intervenção judicial.

7548

## CONCLUSÃO

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular é um desafio complexo que envolve diversos aspectos, incluindo questões jurídicas, pedagógicas e sociais. Apesar dos avanços na legislação brasileira, que assegura o direito à educação inclusiva, as escolas ainda enfrentam inúmeros obstáculos na efetivação dessa inclusão.

A análise realizada neste artigo permitiu identificar os principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino na inclusão de alunos autistas. Um dos principais fatores é a falta de formação adequada dos professores sobre as necessidades específicas desses estudantes, o que compromete a implementação de práticas pedagógicas inclusivas.



Outro desafio significativo é a insuficiência de recursos e infraestrutura adaptada nas escolas. A carência de salas de recursos, materiais didáticos apropriados e profissionais de apoio especializado limita a capacidade das instituições de ensino de atender às necessidades dos alunos com TEA, resultando em um ambiente de aprendizagem não inclusivo.

Ademais, a pesquisa evidenciou a existência de lacunas e divergências na legislação sobre as responsabilidades jurídicas das escolas e do poder público na promoção da inclusão. Essa insegurança jurídica gera dificuldades para as instituições de ensino na implementação de ações e adaptações necessárias, bem como na exigência de suporte e recursos do Estado.

Nesse contexto, o Poder Judiciário tem desempenhado um papel fundamental na garantia do direito à educação inclusiva, reafirmando as obrigações legais das escolas e do poder público. Contudo, a judicialização não deve ser vista como a única alternativa, sendo essencial que o Estado e as instituições de ensino atuem de forma proativa, implementando políticas públicas e medidas concretas que promovam a efetiva inclusão dos alunos com TEA.

## REFERÊNCIAS

1. AMORIM, Liandra Maciel. A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ATENDIMENTO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) EM DISSERTAÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO. 2023.
2. BORTOLINI, Tatiane Roberta. Os desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão e na aprendizagem de alunos com transtorno de espectro autista (TEA). 2022.
3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
4. BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Brasília: Diário Oficial da União.
5. BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
6. CAMARGO, SÍGLIA PIMENTEL HÖHER et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. Educação em revista, v. 36, p. e214220, 2020.
7. COSTA, Tiane Pumes da. Os desafios da inclusão de crianças com autismo na educação infantil: um olhar para as práticas pedagógicas. 2023.
8. DA SILVA, Gabriella Maia. A inclusão de autista nas salas de aulas normais: desafios e possíveis maneiras de vencê-los. Revista Caparaó, v. 1, n. 1, p. e6-e6, 2019.
9. DA SILVA, Marília Marluce; NUNES, Cícera Alves; SOBRAL, Maria do Socorro

- Cecílio. A inclusão educacional de alunos com autismo: desafios e possibilidades. ID on line. Revista de psicologia, v. 13, n. 43, p. 151-163, 2019.
10. DOS SANTOS, Larissa Nascimento; DE PAULA, Vitor Matsui; DE JESUS FERREIRA, Ivan. CRIANÇAS COM AUTISMO NAS AULAS PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA– UMA PROPOSTA DE INCLUSÃO. BIUS-Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia, v. 28, n. 22, p. 1-14, 2021.
  11. FREITAS, Luana Ferreira. Aprendizagem da criança com TEA no contexto pandêmico: desafios docentes para inclusão. 2022.
  12. PAULA, Jessyca Brennand; PEIXOTO, Mônica Ferreira. A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. Cadernos da Pedagogia, v. 13, n. 26, 2019.
  13. RODRIGUES, Amanda Séllos; CRUZ, Luciana Hoffert Castro. Desafios da inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) no ensino de Ciências e Biologia. Revista eletrônica pesquiseduca, v. 11, n. 25, p. 413-425, 2019.